

### ▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 229/2022

A empresa BIOMEGA MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.966.389/0001-43, situada na Alameda Juari, nº 255 - Tamboré, CEP: 06.460-090, na cidade de Barueri – Estado de São Paulo, telefone (11) 4134-5544, ramal 1005, endereço eletrônico: licitacao@biomega.com.br, já devidamente credenciada no processo administrativo acima referenciado, vem, respeitosamente, apresentar o presente RECURSO ADMINISTRATIVO contra a decisão de que declarou equivocadamente como vencedora do certame a CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO DO RECREIO LTDA.

#### 1.DOS FATOS

A empresa BIOMEGA, doravante denominada RECORRENTE, interessada em prestar serviços para essa estimada Prefeitura, participou da licitação em epígrafe cujo objeto trata de "REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada em serviços laboratoriais de exames de Citopatologia, Anatomia patológica, pesquisa de H. Pylori, Biopsias de útero e restos ovulares a fim de atender as necessidades dos usuários do SUS pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, quantidades e estimativas estabelecidas na Requisição de compras, bem como nas demais cláusulas deste instrumento."

Após etapa de lances, foi classificada em primeiro lugar a empresa RECORRENDO, sendo verificado a documentação de habilitação da referida empresa a fim de se verificar as condições de habilitação, ocasião em que o Pregoeiro e sua equipe de apoio decidiram por habilitá-la.

Ocorre, que a decisão de habilitar a empresa RECORRENTE deve ser reformada, uma vez que tal licitante deixou de juntar ao rol de documentação, documentos necessários à habilitação. Vejamos:

#### 1.1. DA AUSÊNCIA DO CUMPRIMENTO DO EDITAL

##### 1.1.1. DA CERTIDÃO IMOBILIÁRIA

Dispõe o item 18.4. do Edital:

"18.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

No entanto, em análise ao documento apresentado pela empresa RECORRENTE verifica-se que não houve cumprimento ao solicitado em Edital, uma vez que a empresa deixou de apresentar a certidão imobiliária, conforme previa o item supramencionado.

Ao constatar a ausência do referido documento, foi solicitado, erroneamente, a juntada posterior do documento, no qual justificou-se através do §1º do Art. 43 da LC 123/06. No entanto Sr. Pregoeiro, é sabido que a referida Lei não prevê juntada posterior de documento, muito pelo contrário, ela prevê que caso haja alguma restrição na comprovação, será concedido prazo para regularização. Ou seja, a empresa não deve deixar de apresentar tal documento, mesmo que este tenha algum "débito" que se caracteriza como restrição.

Ademais, o próprio Edital salientou a exigência, conforme se demonstra nos itens 18.8.1 e 18.8.2:

"18.8.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

18.8.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração do Município de Nova Friburgo, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; (O grifo é nosso)

Veja Sr. Pregoeiro, excepcionalmente é possível a inclusão posterior de documento destinado a esclarecer ou complementar a instrução do processo através do instituto da diligência, a ser determinada a critério do pregoeiro, comissão de licitação ou autoridade superior.

O § 3º do art. 43 da Lei 8.666/93 estabelece que o pregoeiro, a comissão de licitação e/ou autoridade superior pode promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Destarte, fica nítido que a diligência serve para esclarecer ou complementar a instrução, não podendo ser utilizada para permitir a apresentação de documento ou informação que devia constar originariamente da proposta.

Neste diapasão, elucidativo dispõe o seguinte acórdão do TCU:

" Em princípio, aceitar documentos apresentados por licitante após a fase de habilitação e apresentação de propostas significa fazer tábula rasa da impessoalidade, da isonomia e da objetividade do julgamento. Há, no entanto, situações em que a jurisprudência entende ser possível a juntada de documentos explicativos e complementares a outros já apresentados: Assim, o que se proíbe é o acréscimo de documentação que deveria ter sido apresentada em momento oportuno (habilitação ou proposta de preços), não a juntada de novo documento que tenha o objetivo de esclarecer o conteúdo de outro já entregue, por exemplo: existindo dúvida quanto ao conteúdo de um determinado documento, por meio da realização da diligência, poderá ser entregue outro, com o objetivo de esclarecer o conteúdo do primeiro"(TCU, Acórdão 18/2004 – Plenário)." (O grifo é nosso).

#### 1.1.2. DA AUSÊNCIA DO SERVIÇO DE LABORATORIAIS DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLÓGICA NA LICENÇA SANITÁRIA APRESENTADA.

No que tange à Licença Sanitária, o edital previa a seguinte exigência

"20.2 - Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento da empresa proponente, fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, com prazo de validade em vigor."

Note Sr. Pregoeiro, que o item supracitado exigia que todos os licitantes deveriam apresentar Licença Sanitária, dessa forma, uma vez que o objeto do Edital compreende a realização de exames de anatomia patológica, deveria, portanto, todas as licitantes apresentar licença sanitária para tal atividade.

Insta mencionar que para abertura de um Laboratório de Patologia, as providências iniciais assemelham-se as exigidas para qualquer estabelecimento comercial. Tratando-se de instituição médica, há obrigações adicionais, vinculadas ao Conselho Regional de Medicina, Vigilância Sanitária e órgão fiscalizador do meio ambiente.

De acordo com o parecer 62/2006 da Sociedade Brasileira de Patologia, de uma maneira geral, os seguintes passos devem ser observados para abertura de um Laboratório de Patologia (Anatomia Patológica e/ou Citopatologia), disponível em <https://www.sbp.org.br/pareceres/parecer-62-2006/> :

1. Verificar se a edificação onde funcionará o laboratório atende as condições referentes ao espaço físico (RDC n.º 50/02/Anvisa).
2. Providenciar Contrato Social, inscrição do estabelecimento na Junta Comercial, CNPJ e Carta de Habitação (Prefeitura Municipal), adequada para a finalidade pretendida.
3. Inscrição da Pessoa Jurídica no CRM, que exige relação da equipe médica do laboratório, com indicação do Diretor Técnico.
4. Solicitar licença ambiental em órgão fiscalizador do meio ambiente e alvará da Vigilância Sanitária, que além dos documentos acima exige a) planta baixa do estabelecimento, com cortes longitudinal e transversal, para apreciação; b) comprovante de limpeza dos reservatórios de água emitido por empresa licenciada; c) elaboração de Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde (PGRSS); d) preenchimento de requerimento padronizado
5. Providenciar organograma do estabelecimento
6. Descrever os procedimentos e rotinas, em manual, que também é exigido nas fiscalizações da Vigilância Sanitária;
7. Providenciar documentos e programas das áreas trabalhistas e previdenciária, como Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Perfil Profissiográfico Profissional (PPP) dos funcionários.
8. Aguardar as vistorias do CRM, Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária, para início das atividades
9. É recomendável inscrição nos programas de controle de qualidade da Sociedade Brasileira de Patologia e/ou Sociedade Brasileira de Citopatologia
10. No estado de São Paulo, o decreto governamental nº 12479, de 18 de outubro de 1978, estabelece algumas exigências específicas, que também podem servir de referência para os demais estados.

Em consonância com o último item supracitado, vejamos o que dispõe o artigo 43 do Decreto GESP nº 12.479, de 18 de outubro de 1978:

#### "TÍTULO III

Laboratórios de Análises Clínicas ou de Patologia Clínica, de Hematologia Clínica, de Anatomia Patológica, de Citologia, de Líquido Cefalorraquidiano, de Radioisotopologia e Congêneres

Artigo 43 – Os laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica, de hematologia clínica, de anatomia patológica, de citologia, de líquido cefalorraquidiano, de Radioisotopologia "in vitro" e "in vivo", e congêneres, somente poderão funcionar depois de devidamente licenciados, com suas especificações definidas, sob a responsabilidade de profissionais legalmente habilitados para cada uma das especializações, com termos de responsabilidade assinados perante a autoridade sanitária competente, e com pessoal técnico legalmente habilitado.

1.º – Esses estabelecimentos só funcionarão com a presença obrigatória do profissional responsável, podendo manter o profissional responsável substituto, legalmente habilitado, e com termo de responsabilidade assinado perante a autoridade sanitária competente, para suprir os casos de ausência ou impedimento do titular.

2.º Os estabelecimentos a que se refere este artigo poderão funcionar com mais de uma especialização, desde que conte com pessoal legalmente habilitado para cada uma delas, disponha de equipamentos apropriados e mantenha controles e desempenho adequados." (O grifo é nosso).

### 1.1.3. DA AUSÊNCIA DO ATENDIMENTO AO ITEM 20.5.

No que tange à Qualificação técnica, dispõe o edital no item 20.5.:

“Cópia da Certidão de anotação do Responsável Técnico no Conselho Regional de Medicina (CRM);

Veja Sr. Pregoeiro que o Edital previa que todos os licitantes deveriam apresentar a CERTIDÃO DE ANOTAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO no conselho de classe profissional, ocorre que em análise da documentação apresentada, não foi verificado tal documento, apenas uma cópia da carteira do possível responsável.

Ocorre que, destoando ao que se exige nos itens supramencionados, a empresa RECORRENTE não apresentou certidão em atendimento ao exigido, mais uma vez indo contra o preconizado pelo Edital.

Com isso verifica-se que a RECORRIDA agiu em detrimento aos princípios da vinculação e da legalidade, uma vez que conforme demonstramos, não anexou diversas documentações ao rol de documentos e por se tratar de interesse público, é sabido que em um processo licitatório devem-se observar a risca os princípios que o norteiam, que não só devem ser observados como obedecidos.

O princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório insculpido no art. 3º, da Lei das Licitações, tem a finalidade específica de instruir o administrador a não se desviar das regras e determinações estabelecidas previamente à licitação.

Sobre o tema, vejamos o que ensina Hely Lopes Meirelles:

“A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital o modo e forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas, e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. p. 51. 15 ed. Malheiros. São Paulo. 2010)”

Neste sentido temos vários Entendimentos do TCU:

“Entendimento do TCU: “Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação”. Pag. 29 – Orientações e Jurisprudências do TCU – 4ª edição.”

O ato convocatório presta-se a regulamentar o procedimento licitatório e estabelecer as condições de participação e julgamento. Todos que participam do certame têm conhecimento das regras, tendo plena consciência de que o descumprimento de qualquer das exigências levará à sua exclusão da disputa.

É defeso tanto à Administração quanto aos seus agentes afastarem-se das disposições contidas no edital, seja a que pretexto for, sob pena de vulnerar princípios. De fato, sendo o edital a lei interna da licitação, não cabe ao intérprete agente público fazer uso do poder discricionário para indevidamente autorizar aquilo que a lei não autorizou

Não se pode admitir que alguns cumpram as exigências e outros não. As exigências editalícias asseguram a integridade e idoneidade da contratação; destarte, qualquer violação à “lei interna da licitação” expõe a Administração ao risco de uma contratação frustrada.

## 2.DO PEDIDO

Confiante no espírito público deste ilustre Pregoeiro e/ou da autoridade superior, diante de tudo que foi exposto e aduzidas as razões que balizaram e fundamentaram o presente, a BIOMEGA MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA., espera que seja dado PROVIMENTO ao presente recurso interposto para INABILITAR do pregão, a empresa CLINICA RADIOLOGICA DIAGNOSTICO DO RECREIO LTDA., com fundamento nas razões acima expostas, uma vez que a empresa não cumpriu os requisitos do edital deixando de apresentar vários documentos solicitados no Edital.

Termos em que,  
Pede deferimento.  
Barueri, 19 de dezembro de 2022.

**Fechar**